



Artigo
Article

**A ESTRUTURA SINCRÉTICA DO SERVIÇO SOCIAL NO
PENSAMENTO DE JOSÉ PAULO NETTO: PRIMEIRAS
APROXIMAÇÕES¹**

*THE SYNCRETIC STRUCTURE OF SOCIAL SERVICE IN THE THOUGHT OF JOSÉ PAULO
NETTO: FIRST APPROACHES*

Iara Borges Barbosa²

RESUMO: O presente trabalho analisa o pensamento de José Paulo Netto, considerando a tese da estrutura sincrética do Serviço Social, defendida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela PUC-SP, no ano de 1990, e publicada na obra intitulada “Capitalismo monopolista e serviço social”, em 1992. Nesse sentido, temos por objetivo central apreender a estrutura sincrética do Serviço Social a partir da formulação de José Paulo Netto. A metodologia utilizada foi a pesquisa teórica, de abordagem qualitativa, a partir da leitura aprofundada. Como um dos principais resultados, verificamos que a trajetória teórica traçada por José Paulo Netto foi marcada por denso aprofundamento da Teoria Social Crítica Marxiana e da Tradição Marxista; e no que tange a estrutura sincrética do Serviço Social, formulada por Netto (2011), observamos que o autor contribuiu para o adensamento dos fundamentos do Serviço Social, especificamente no Brasil. Sua análise foi produzida sob a perspectiva da direção social de “intenção de ruptura”, ancorada no referencial marxista e marxiano. **Palavras-chave:** Serviço social; Estrutura sincrética; Capitalismo monopolista.

¹ Este trabalho é uma versão posterior de monografia defendida pela autora como condição para aprovação no curso de bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba, em 2024.

² Graduada em Serviço Social pela UFPB. Mestranda em Serviço Social pela UFPB.

ABSTRACT: The present work analyzes the thought of José Paulo Netto, considering the thesis of the syncretic structure of Social Work, defended in the Graduate Program in Social Work at PUC-SP, in 1990, and published in the work entitled "Monopoly capitalism and social service", in 1992. In this sense, our main objective is to apprehend the syncretic structure of Social Work from the formulation of José Paulo Netto. The methodology used was theoretical research, with a qualitative approach, based on in-depth reading. As one of the main results, we found that the theoretical trajectory traced by José Paulo Netto was marked by a dense deepening of the Marxian Critical Social Theory and the Marxist Tradition; and with regard to the syncretic structure of Social Work, formulated by Netto (2011), we observe that the author contributed to the densification of the foundations of Social Work, specifically in Brazil. Its analysis was produced from the perspective of the social direction of "intention of rupture", anchored in the Marxist and Marxian framework. **Keywords:** Social services; Syncretic structure; Monopoly capitalism.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo central apreender a estrutura sincrética do Serviço Social a partir da formulação de José Paulo Netto, apresentada na obra do autor "Capitalismo monopolista e Serviço Social" (NETTO, 2011). As obras "Capitalismo Monopolista e Serviço Social", bem como "Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64" (primeira edição, 1991), publicadas pela editora Cortez, consistem na tese de doutoramento de José Paulo Netto, intitulada "Autocracia burguesa e Serviço Social", apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, no ano de 1990. "Capitalismo Monopolista e Serviço Social" (NETTO, 2011) teve sua primeira publicação em 1992, atualmente está em sua 8ª edição, publicada em 2011. Conta também com tradução para Espanhol "*Capitalismo monopolista y Servicio Social*", com 1ª edição publicada em 1997, também pela editora Cortez.

"Capitalismo Monopolista e Serviço Social" (NETTO, 2011) está situada no âmbito dos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social, e faz parte do ordenamento teórico que começou com o Movimento de Reconceituação na América Latina, alcançando, no contexto do Brasil, maior adensamento a partir do projeto de Intenção de Ruptura, do qual a publicação da Prof.ª Dra. Marilda Villela Yamamoto e Raul de Carvalho "*Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*" (com primeira edição em 1982, constando 41ª edições), é considerada o ponto de partida, quando da incorporação da teoria social marxiana para interpretação do significado social da profissão, em especial, no âmbito das produções bibliográficas do Serviço Social brasileiro.

No decorrer da nossa pesquisa, observamos que o método materialismo histórico-dialético, tomado como fundamentação teórico-metodológica, constitui, na obra "Capitalismo Monopolista e Serviço Social" (NETTO, 2011), singular rigor e adensamento, em consonância, também, com a trajetória profissional e bibliográfica do autor, onde observamos sua clara relação acadêmica e intelectual com a tradição marxiana e marxista. Na obra "Capitalismo monopolista e Serviço Social" (NETTO, 2011), acerca da gênese do Serviço Social profissional, no âmbito da problematização ontológica do Serviço Social, Netto (2011) toma como centralidade de análise uma perspectiva que não responde a uma cronologia do Serviço Social, partindo, por exemplo, das protoformas do Serviço Social. Ao contrário, seu olhar analítico se debruça para as dinâmicas econômica, social, teórico-cultural e ideológica da época, nitidamente para o capitalismo em seu estágio

monopolista, recorte histórico onde se localiza a emergência da profissionalidade do Serviço Social, segundo seu análise.

Nesse sentido, o autor aprofunda sua análise sobre as condições histórico-sociais produzidas pela reestruturação econômica-social-política-cultural-ideológica do capitalismo em sua idade monopolista, igualmente, a emergência da profissionalidade do Serviço Social enquanto vetor desta reestruturação, a saber: a refuncionalização do Estado e o tratamento da “questão social”; o redimensionamento do *ethos* individualista da tradição liberal, no âmbito da política pública e; a organização política, social e ideológica da classe trabalhadora e seus influxos na luta de classes. Isso tudo acontecendo de forma simultânea, no percurso de consolidação e amadurecimento do modo de produção capitalista industrial/urbano.

Tais condições histórico-sociais, instauradas pela dinâmica do capitalismo monopolista e, que também constituem a trama da emergência do Serviço Social profissional, encerram a prática de suas protoformas, embora, de acordo com Netto (2011), com ressalvas. Ressalvas que serão apresentadas em sua elaboração acerca da estrutura sincrética do Serviço Social, em especial, no ponto em que o autor elabora sua análise sobre a *prática indiferenciada* do Serviço Social, mas, também, sobre o sincretismo que recaem nas dimensões ideo-cultural e teórica do Serviço Social, colocadas pelo autor como sincretismo ideológico e sincretismo “científico”, respectivamente. Enquanto vetor do processo de amadurecimento e consolidação do capitalismo em seu estágio monopolista, a prática do Serviço Social está organizada e estruturada sob sistema sincrético, que conforma a profissionalidade do Serviço Social a partir de uma série de elementos que constituem o seu “anel de ferro” (NETTO, 2011).

O objetivo central da pesquisa em tela consiste em apreender a estrutura sincrética do Serviço Social, a partir da formulação de José Paulo Netto, na tentativa de identificar como ela se constrói e se fundamenta e, quais elementos a constituem. Para tanto, utilizamos como metodologia de análise a pesquisa teórico, de abordagem qualitativa, a partir da leitura aprofundada.

Enquanto procedimentos metodológicos, centramos nosso estudo na obra “Capitalismo Monopolista e Serviço Social” (NETTO, 2011), recorrendo, também, a outros autores, em especial, as obras da Prof. Dra. Marilda Villela Iamamoto, fundamentais para localizarmos com maior clareza e entendimento o Serviço Social brasileiro, no âmbito dos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos da profissão, dialogando com a discussão da obra central do nosso estudo. Recorremos, também, a leituras mais específicas que abordam a temática acerca do sincretismo no Serviço Social, como: “O sincretismo no Serviço Social: uma abordagem ontológica” (SOUZA, 2016) e “Três notas sobre o sincretismo no Serviço Social” (SOUZA, 2014); o que nos proporcionou horizontes para acompanhar e melhor compreender a análise da estrutura sincrética elaborada pelo Prof. Dr. José Paulo Netto. Ademais as leituras bibliográficas, utilizamos o recurso das mídias digitais, acessando entrevistas com autores e temas pertinentes à discussão no âmbito do sincretismo do Serviço Social e da gênese profissional do Serviço Social, com ênfase nas palestras e entrevistas realizadas com o Prof. José Paulo Netto.

Para exposição do trabalho em tela, dividimos o conteúdo em dois momentos: no primeiro, construímos um breve panorama da biografia de José Paulo Netto, enquanto ponto de partida para adentrarmos em sua trajetória profissional, como docente, onde empreendeu largo e rico legado no campo acadêmico. Bem como, em seu universo bibliográfico, erguido massivamente sobre a teoria social crítica marxiana e tradição

marxista, construída ao longo de décadas de dedicação ao trabalho acadêmico e intelectual rigorosos. No segundo momento, nos aprofundamos na discussão acerca das condições sociohistóricas, erguida sob ordenamento do capitalismo na idade do monopólio, que confluem para emergência profissional do Serviço Social, bem como, sobre a análise da estrutura sincrética do Serviço Social, com ênfase nos elementos que a constituem, tal qual apresentados na obra “Capitalismo Monopolista e Serviço Social” (NETTO, 2011). Por fim, concluímos nosso estudo monográfico apresentando nossas considerações finais, onde levantamos apontamentos e principais observações, destacadas a partir do estudo elaborado, acerca da estrutura sincrética do Serviço Social sob formulação de José Paulo Netto. Destarte, esperamos que este trabalho contribua de forma significativa no âmbito da produção de conhecimento do Serviço Social, com relevância na discussão da temática em destaque.

JOSÉ PAULO NETTO: BREVE BIOGRAFIA

José Paulo Netto é brasileiro, natural de Juiz de Fora/MG, nascido em 1947, sagitariano, marxista declarado, completa nesse ano de 2024, em 29 de novembro, seus setenta e sete anos de vida. É professor, assistente social, ensaísta, tradutor, escritor e militante engajado do Partido Comunista Brasileiro- PCB. Atualmente, está professor aposentado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ e se mantém ativo em seus estudos e debates sobre a tradição marxiana e marxista, em especial sobre obras de Karl Marx e György Lukács, sendo um dos mais reconhecidos estudiosos do marxismo no Brasil.

Aos dezenove anos de idade, ingressou na graduação de Serviço Social, no ano de 1966, pela Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF, concluindo o curso em 1969. Em 1986, ingressou ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, onde realizou sua dissertação de doutoramento, sob a orientação do Prof. Dr. Octavio Ianni, defendendo sua tese intitulada *Autocracia burguesa e Serviço Social*, em 1990. Nos anos seguintes, sua tese seria publicada dividida em dois exemplares *Ditadura e Serviço Social – uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64* em 1991 e, *Capitalismo monopolista e Serviço Social* em 1992, ambas pela editora Cortez/SP.

Sua trajetória como docente na área de Serviço Social inicia na década de 1970, na Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora/FSSJF, no cargo de colaborador, onde lecionou as disciplinas Política Social I e Política Social II. Ainda na década de 1970, José Paulo Netto se muda para Portugal e ingressa no Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa/ISSSL/Portugal, no cargo de servidor público, na função de professor equiparado assistente, onde lecionou para graduação, as disciplinas Teoria Geral das Formações Sociais, Teoria do Serviço Social e Correntes Modernas da Filosofia, Grupo de Estudo e Prática do Serviço Social e Metodologia do Serviço Social. Seu vínculo profissional com o Instituto/ ISSSL retomaria no final da década de 1980, no cargo de professor, onde lecionou, apenas para a pós-graduação, as disciplinas Fundamentos Filosóficos e Questão de Método nas Ciências Sociais, Epistemologia das Ciências Sociais, tematizando os fundamentos filosóficos, teóricos e metodológicos do Serviço Social e suas relações com as ciências sociais e o marxismo.

Tendo estabelecido a docência como sua área de atuação profissional, sua trajetória no campo da formação profissional na área de Serviço Social se estabelece de

forma mais densa ao ingressar para Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ, onde lecionou como professor titular desde 1988. Em sua trajetória na Universidade Federal do Rio de Janeiro, José Paulo Netto atuou no ensino, na extensão e na pesquisa, nos níveis de graduação e pós-graduação, tendo como sua principal área de pesquisa os Fundamentos do Serviço Social, sobre a perspectiva da relação entre o Serviço Social e o Marxismo. Também ocupou cargos e funções na direção e administração da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como Vice-Diretor da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, foi Membro nato da Congregação da Escola de Serviço Social da UFRJ, Diretor-Adjunto de Pós-Graduação e Membro da Comissão de Coordenação do Programa de Pós-Graduação, contribuindo desde a criação do Programa de Pós-Graduação de Serviço Social da UFRJ, bem como, nos processos de revisão curricular e renovação da graduação da Escola de Serviço Social da UFRJ.

Em sua trajetória como docente, atuou nas principais instituições de ensino superior do Brasil, como: UFA, PUCMINAS, PUC/SP, UFJF, UFMA, UFSC, PUC/RS, UFP, UFPI, UERJ, UFPE, além de sua atuação no âmbito da América Latina, nas universidades: UNP – Universidade Nacional de La Plata/Argentina, UR – Universidade de La Republica de Uruguai e Universidad de la Republica Uruguay, UDELAR, Uruguai, Maestría Latinoamericana de Trabajo Social/ MLTS/Argentina. Recebeu o título de Professor Emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2011) e Doutor honoris causa pela Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires /UNICEN (2012). Ademais sua extensa e reconhecida atuação na docência, Jose Paulo Netto atuou organicamente no Serviço Social brasileiro. Foi consultor técnico (1987-1991) e diretor executivo (1991-1993) da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social- ABESS/Brasil. Nos anos em que esteve como diretor executivo da ABESS, foi membro da Comissão Técnica Nacional de Ética que preparou o Código de Ética Profissional dos assistentes sociais, vigente no Brasil desde 1993.

Como intelectual, pesquisador, escritor, ensaísta e tradutor José Paulo Netto dedicou sua trajetória teórico-analítica à obra marxiana e a tradição marxista. Organizou antologias e edições de autores clássicos como Karl Marx, Frederich Engels e György Lukács, de publicações da editora Boi Tempo. Autor de dezenas de artigos, capítulos, livros, entre outras produções bibliográficas, elaborados em densa e rigorosa fundamentação pelo arsenal heurístico da teoria crítico-dialética. Para apresentar sua extensa produção bibliográfica, pontuamos algumas de suas principais obras: Lukács/Sociologia (1981), Capitalismo e reificação (1981), O que é marxismo. (1985), Marxismo impenitente. Contribuição à história das ideais marxistas (2004), Introdução ao estudo do método de Marx (2011), O Leitor de Marx. (2012) e, sua última produção bibliográfica, a portentosa obra *Karl Marx: Uma biografia* (2020):

Sua nervura teórica, substanciada por uma incorporação impenitente da obra e pensamento marxianos e filiada a uma das mais proíficas de suas linhas de continuidade presentes na tradição marxista — a recuperação ontológica realizada por Gyorgy Lukács —, tem fornecido subsídios de análise crítica resistentes à prova do desenvolvimento histórico (SOUZA, 2014, p. 539).

José Paulo Netto permanece atuando como membro de conselhos Editoriais de periódicos profissionais do Serviço Social e da área das Ciências Humanas. Bem como, contribuindo com o Programa de Pós-Graduação de Serviço Social da UFRJ, e com o debate do Serviço Social, nas discussões do projeto ético-político da profissão. Segue, vigoroso

em sua participação e contribuição com o debate sobre a teoria social de Marx até os dias de hoje, dedicado ao fortalecimento das ideias marxistas no Brasil e fora do Brasil.

A EMERGÊNCIA PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NOS QUADROS DO CAPITALISMO MONOPOLISTA

Na obra *Capitalismo Monopolista e Serviço Social* (NETTO, 2011), o autor tem por objetivo analisar a emergência profissional do Serviço Social, até meados da década de 1970, a partir dos contextos histórico, social e econômico no âmbito do capitalismo monopolista, identificando os aspectos ideo-teórico-culturais presentes nesse processo, bem como o desvendamento acerca do Serviço Social enquanto sistema sincrético. Netto (2011) tem como objeto de sua análise a “emersão do Serviço Social como profissão no âmbito da ordem burguesa na idade do monopólio” (NETTO, 2011, p. 13) e a configuração do Serviço Social enquanto saber de segundo grau. Erguida sob sólida fundamentação teórico-analítica constitutiva da tradição marxista, a obra “*Capitalismo Monopolista e Serviço Social*” (NETTO, 2011) é considerada referência patente do Serviço Social no Brasil e América Latina, sobretudo, por sua rigorosa análise teórica e sociohistórica dos fundamentos do Serviço Social, de cariz inédito, correspondendo, ademais, uma “chave heurística”, alçando admissão dos termos “nettiano ou nettiana para nos referirmos à linha de análise do autor” (SOUZA, 2014, p. 543, NOTA:13).

Firmada em densa análise acerca das mediações e contradições que estão envolvidas no processo de institucionalização e profissionalização do Serviço Social, imersas nas transformações societárias produzidas no processo de consolidação da idade do monopólio na sociedade burguesa, Netto (2011) empreende sua análise em direção à problematização ontológica do Serviço Social profissional (SOUZA, 2014), da qual se propõe desvelar a natureza socioprofissional do Serviço Social, compreendida a partir da perspectiva de que “esta profissão só é histórica e socialmente compreensível no marco da sociedade burguesa à altura do capitalismo monopolista” (NETTO, 2011, p. 9). Dividida em dois capítulos, a obra inicia com discussão acerca das condições histórico-sociais que contextualizam a emergência do Serviço Social profissional, a partir de determinantes que conformam a transição do estágio concorrencial do capitalismo para o estágio imperialista, tais como: a refuncionalização do Estado burguês e o enfrentamento da “questão social”; o redimensionamento do *ethos* individualista do ideário liberal no âmbito das políticas sociais; os protagonistas histórico-sociais, como a classe operária e a burguesia e, seus projetos de sociedade e; por fim, a próprio emersão do Serviço Social enquanto vetor dos processos macroscópicos derivados do ordenamento monopólico (NETTO, 2011).

No segundo capítulo, eixo central de análise do nosso estudo monográfico, o autor apresenta sua concepção do Serviço Social, estruturalmente sincrético, que circunscreve a prática profissional e as dimensões ideo-cultural e teórico-metodológica do Serviço Social. No que tange à dimensão prático-profissional, evidenciam-se as peculiaridades que determinam a modalidade interventiva do Serviço Social, tendo em sua máxima expressão o que Netto (2011) vai chamar de “prática indiferenciada” (NETTO, 2011, p. 98). Em relação as dimensões ideológica e teórica do Serviço Social, o autor ergue rigorosa análise acerca das vertentes ideo-culturais e teórico-científicas, forjadas nos contextos nacionais norte-americano e europeu, que se expressam no âmbito ideo-teórico do Serviço Social

de forma sincrética, configurando o que Netto (2011) vai chamar de “*um saber de segundo grau*” (NETTO, 2011, p. 9), tendo sua expressão mais evidente o ecletismo teórico.

A seguir vamos apontar trechos principais da primeira parte da obra, com ênfase nas modificações mais significativas no ordenamento econômico, geradas a partir da transição do capitalismo concorrencial para o estágio monopolista, resultando em um sistema de mediações mais complexos para sustentação da organização monopólica, com rebatimentos na estrutura sócio-política da sociedade burguesa em sua maturidade histórica, bem como, na elaboração da prática institucionalizada, socialmente legitimada e legalmente sancionada do Serviço Social (NETTO, 2011). No âmbito da gênese do Serviço Social profissional, a primeira problemática levantada por Netto (2011), refere-se à relação entre a emergência profissional do Serviço Social e o debate sobre a “questão social”. Para o autor, esta relação não se equaliza como causa e efeito, ou como se da realidade concreta da “questão social” emergisse a profissionalidade do Serviço Social, sendo esta um produto ou resultante daquela. Na verdade, essa relação está prenhe de uma série de determinantes sociohistóricos, econômicos e culturais, no marco da idade do monopólio, responsáveis por delinear o que o autor vai chamar de *particularidade* do Serviço Social, que ademais, sem o devido aprofundamento analítico teórico-crítico, pode passar despercebida. Nesse sentido, Netto (2011), ressalta:

[...] se a esta indicação não se seguirem determinações mais precisas, é inevitável o risco de se diluir a *particularidade* que reveste a emergência profissional do Serviço Social numa interação lassa e frouxa (ou, no inverso, imediata e direta) com exigências e demandas próprias à ordem burguesa - tudo se passando como se, da realidade óbvia da “questão social”, derivasse, automaticamente, a possibilidade (ou a requisição) de um exercício profissional com o corte daquele que caracteriza o Serviço Social (NETTO, 2011, p. 18).

Netto (2011) reafirma, portanto, que tal particularidade, que caracteriza a emergência profissional do Serviço Social, não se vincula à relação com a “questão social”, mas ao momento específico de desenvolvimento da sociedade burguesa que instaura a organização monopólica do capitalismo em sua fase consolidada e madura: “as conexões genéticas do Serviço Social profissional não se entrecruzam com a “questão social”, mas com suas peculiaridades no âmbito da sociedade burguesa fundada na organização monopólica” (NETTO, 2011, p. 18). Nesse sentido, aprofundar a análise acerca dos complexos processos que conformam a transição para o estágio imperialista da sociedade burguesa, guarda os elementos fundamentais que desvelam as condições históricas, sociais, econômicas e políticas da emergência do Serviço Social profissional nos quadros do capitalismo monopolista, adentrando num campo de análise que ultrapassa a discussão sobre o enfrentamento da “questão social”, enquanto determinante único no processo de profissionalização da prática do Serviço Social (NETTO, 2011).

Considerando essa condicionalidade no que tange o desenvolvimento da emergência do Serviço Social profissional, podemos dizer que a mesma só é possível mediante fundamentação teórico-metodológica derivada da teoria social de Marx, por seu rigoroso exame acerca das mediações e contradições que engendram o processo de desenvolvimento da sociedade burguesa. Nesse sentido, fazemos o link com a trajetória intelectual e docente do Prof. José Paulo Netto (esboçada no capítulo anterior), marcada por sua rigorosa pesquisa sobre a teoria marxiana e a tradição marxista, o que nos leva a referenciar a obra “Capitalismo monopolista e Serviço Social” (NETTO, 2011) como expressão de sua profícua apreensão da teoria social crítica.

Netto (2011) inicia sua análise sobre as condições histórico-sociais engendradas a partir da nova configuração da dinâmica econômica do estágio monopolista, com discussão acerca do Estado e sua *refuncionalização*. De forma inédita, o Estado, que até o período concorrencial funcionava restrito a funções políticas, é cooptado pela dinâmica econômica do capital em seu estágio monopolista, e passa a realizar, estrutural e sistematicamente, funções no âmbito da economia, intervindo de forma articulada, política e economicamente (NETTO, 2011). Sem pretendermos um aprofundamento minucioso sobre os fenômenos que o ordenamento monopolístico inaugura na dinâmica econômica da sociedade burguesa enquanto exigências que fundamentam a refuncionalização do Estado, destacamos alguns vetores no seio de tais transformações e mediações:

1) o aumento de trabalhadores no exército industrial de reserva (SWEEZY apud NETTO, 2011, p. 21);

2) o fenômeno da *supercapitalização* (MANDEL apud NETTO, 2011, p.22), que, além de outras inflexões, vai resultar no escoamento do capital excedente em atividades que não geram valor;

3) o fenômeno do *parasitismo*, responsável por instaurar um terreno de generalização burocrática da vida social, maximizando o leque de atividades improdutivas e;

4) o rearranjo da divisão internacional capitalista do trabalho (NETTO, 2011).

Todo esse novo cenário de vetores socioeconômicos emoldurado pelo monopólio vai produzir uma das modificações mais significativas no estágio monopolista: “ela demanda mecanismo de intervenção extra-econômicos” (NETTO, 2011, p. 24); destas requisições decorre a refuncionalização do Estado. Desde a gênese do modo de produção capitalista, o Estado articulava-se à dinâmica econômica do capitalismo. Contudo, no capitalismo monopolista, “a intervenção estatal incide na organização e dinâmica econômica *desde dentro*, e de forma contínua e sistemática” (NETTO, 2011, p. 25). Sua nova modalidade de intervenção vincula-se a funções como: a produção de matérias primas para fornecimento, à baixo custo, às empresas/monopólios; a responsabilidade sobre empresa em fase de falência, no sentido de reavê-las ao mercado; a oferta aos monopólios de grandes construções financiadas pelos fundos públicos; a oferta do Estado enquanto comprador dos grupos monopolistas; os investimentos em infraestruturas para benefício dos grandes monopólios, entre outras multiplicidades de funções econômicas transferidas para esfera do Estado (NETTO, 2011, p. 25).

Ademais as funcionalidades supracitadas, o Estado burguês vai operar uma nova intervenção na lógica do capital monopolista: “[a garantia da] conservação física da força de trabalho ameaçada pela superexploração” (MANDEL apud NETTO, 2011, p. 26). Ao passo que, no capitalismo concorrencial, a intervenção do Estado em direção à reprodução da força de trabalho estava voltada para a repressão das lutas e da organização da classe trabalhadora, no capitalismo monopolista ocorre o redimensionamento de sua função em direção à “preservação e controle contínuos da força de trabalho” (NETTO, 2011, p. 26). O Estado burguês insere-se, portanto, na dinâmica da manutenção e da reprodução da força de trabalho por meio de mecanismos estratégicos que regulam o controle, a gerência e a preservação da força de trabalho ocupada e excedente, garantindo “níveis determinados de consumo e a sua disponibilidade para a ocupação sazonal” (NETTO, 2011, p. 27).

Nesse processo de entrelaço de suas funções políticas e econômicas, o Estado burguês passa a ocupar lugar protagonista na lógica da produção e reprodução do capital monopolista, no papel de “comitê executivo” da burguesia monopolista [...] ao se expressar através “das necessidades e projetos do monopólio” (NETTO, 2011, p. 27). Para legitimar-se nesse papel de funções político-econômicas, o Estado burguês articula outros atores sócio-políticos, por meio da “institucionalização de direitos e garantias cívicos e sociais” (NETTO, 2011, p. 27). Cooptado pela lógica do capital, desloca-se para o papel de gerir as contradições da reprodução do capital, no sentido de socializar os custos e amortecer as expressões da “questão social”:

Ademais das dimensões eminentemente políticas aí envolvidas (do exercício de coerção de classe à função socio-coesiva, que se põe no plano da hegemonia que garante a direção pelo consenso), sua natureza de partícipe do jogo econômico, conatural à sua essência de classe, impede-o compulsoriamente de ir mais além de regulações que reequacionem as condições, setoriais e globais, adequadas à reprodução das relações sociais burguesas (...) (NETTO, 2011, p. 102).

Para além de responder às novas exigências do mercado, a refuncionalização do Estado também se articula às novas condições sociais e políticas estabelecidas no estágio do capitalismo monopolista. Além de intimamente imbricado com as exigências econômicas próprias da idade do monopólio, sua refuncionalização também responde à intervenção do protagonismo político, social e cultural do conjunto da classe trabalhadora, no campo da luta de classes, que, na altura da consolidação do capitalismo monopolista já alcançara maturidade teórica, mobilização e organização em escala global (NETTO, 2011).

No que tange à organização da classe trabalhadora, enquanto processo reivindicativo no campo da conquista de direitos e da cidadania e, que, no extremo do desenvolvimento da sociedade burguesa é parte e vetor do próprio desenvolvimento e constituição do estágio monopolista, Netto (2011) deixa claro que, num âmbito macroscópico, as conquistas e reivindicações da classe trabalhadora passam a ser absorvidas pela dinâmica político-econômica do Estado burguês, em seu papel de *coesionador da sociedade*: “[...] o processo reivindicativo e organizativos macroscópico [da classe trabalhadora] não vulnerabilizaram a modelagem da ordem econômica do monopólio, ainda que tenham condicionado em medida considerável” (NETTO, 2011, p. 27). Essa função do Estado burguês no capitalismo monopolista, de produzir o *consenso* no âmbito da sociedade, deriva de sua estratégia político-econômica para garantia de sua legitimidade política, necessária à sua inserção sistemática e estrutural na dinâmica econômica, tomada, em especial, pela via da política social. Nesse contexto, a admissão do caráter “público” dado às sequelas da “questão social”, como veremos em seguida, é vetor que deita raízes nas exigências econômicas do estágio monopolista que organiza a refuncionalização do Estado (NETTO, 2011).

Ou seja, o estágio monopolista abrange os processos de “democratização” da vida sócio-política sem que, no entanto, ponha em risco a sua reprodução. Essa peculiaridade, própria do ordenamento monopolístico, reafirma a natureza fundamentalmente contraditória do capitalismo. No entanto, é a partir dessa peculiaridade ontológica do Estado burguês no capitalismo monopolista, que se ergue a possibilidade de tratar as sequelas da “questão social”, como “objeto de uma intervenção contínua e sistemática” (NETTO, 2011, p. 29), por meio das políticas sociais (NETTO, 2011). Essa dimensão do

ordenamento monopólico obscurece outro elemento evidenciado por Netto (2011): de que a lógica dos monopólios opera diante das reivindicações econômico-sociais e políticas do conjunto da classe trabalhadora com a refuncionalização de tais demandas em benefício da maximização dos lucros.

Enquanto elemento que deita raízes na lógica do capital monopolista, no âmbito da produção e reprodução social, acerca das políticas sociais, Netto (2011) reclama que a modalidade interventiva do Estado burguês *ressitua* as expressões da “questão social”, não constituindo de forma concreta, um elemento que objetiva a superação da “questão social”, ou seja: “a imersão do aparato estatal burguês no enfretamento dessas refrações [da “questão social], pela via privilegiada, mas nunca exclusiva, das políticas sociais, *não pode* ter como objetivo a sua resolução” (NETTO, 2011, p. 102). Essa é a alternativa que se apresenta no contexto das condições econômico-sociais macroscópica do Estado burguês no capitalismo monopolista para tratamento das sequelas da “questão social” por meio da política social: as expressões da “questão social” não podem ser tomadas derivadas da totalidade das relações sociais da sociedade burguesa, isso seria dimensioná-las em sua relação capital/trabalho, o que evidenciaria a lógica contraditória do capital. Nesse sentido, é da natureza da política social nos quadros do capitalismo monopolista sua característica fragmentada:

Enquanto intervenção do Estado burguês no capitalismo monopolista, a política social deve constituir-se necessariamente em *políticas sociais*: as sequelas da “questão social” são recortadas como problemáticas *particulares* (o desemprego, a fome, a carência habitacional, o acidente de trabalho, a falta de escolas [...]) (NETTO, 2011, p. 32).

Como veremos no item seguinte do nosso estudo monográfico, a configuração fragmentada, condição ontológica da política social no ordenamento monopólico, apresentara rebatimentos na prática profissional do Serviço Social de forma direta e imperativa. À essa condição, característica da política social no âmbito do Estado funcional ao capitalismo monopolista, também se debita a concepção das sequelas da “questão social” como *problemas sociais*: “Assim, a “questão social” é atacada nas suas *refrações*, [...] apreendidas como problemáticas cuja natureza totalizante, se assumida consequentemente, impediria a intervenção” (NETTO, 2011, p. 32). É nessa contextualidade que instaura a conversão das refrações da “questão social” para concepção de problemas sociais, que “se opera o ressituar do *ethos* individualista” (NETTO, 2011, p. 36) pela lógica monopólica, como veremos a seguir.

Tomada a partir da concepção de problemas sociais, às refrações da “questão social” incorpora-se o caráter *público*. Netto, (2011) destaca três determinantes que confluem para essa admissão do caráter público às sequelas da “questão social”: as demandas econômico-sociais engendradas no âmbito da organização monopólica; o protagonismo político-social do conjunto da classe trabalhadora e; observa-se, também, um novo elemento, o dinamismo político e cultura, resultante da intensa diferenciação da estrutura de classes, produto do processo de desenvolvimento da sociedade burguesa no estágio monopolista.

Nesse ponto, Netto (2011) nos coloca a seguinte questão: como a sociedade burguesa, que tem como ideário fundamental a não intervenção do Estado, sustenta, portanto, tratar as expressões da “questão social” a partir de caráter “público”, sem ferir o *ethos* individualista liberal? Para tanto, destacamos alguns trechos do autor que

apontam para elementos capazes de nos indicar pistas teóricas para responder ao referido questionamento. A saber: apesar de admitir o tratamento das sequelas da “questão social” pela via das políticas sociais, atribuindo às suas refrações a representação do caráter “público”, a ordem burguesa mantém a concepção de que o destino pessoal é função do indivíduo por si mesmo. O que corresponde à representação social que admite que, seja o fracasso ou o êxito social, ambos são debitados ao sujeito enquanto célula social. Ou seja, se na ausência das políticas sociais, era debitado ao sujeito, no âmbito privado, a responsabilidade pelas sequelas provenientes da “questão social”; com as políticas sociais, as expressões da “questão social” tomam caráter público, no entanto, é debitado ao sujeito a responsabilidade de não usufruir de tais políticas: assim, “a criação, pela via de ações públicas, de condições sociais para o desenvolvimento dos indivíduos não exclui a sua responsabilização social e final pelo aproveitamento ou não das possibilidade que lhes são tornadas acessíveis” (NETTO, 2011, p. 36).

Em um contexto ou no outro, permanece, em última instância, a responsabilidade individual de cada sujeito por seu destino. Nesse sentido, o ordenamento burguês redimensiona o caráter público da “questão social” na mesma medida em que reafirma o caráter privado no âmbito do destino pessoal (NETTO, 2011). Observa-se, assim, que as perspectivas “pública” e “privada” são, ambas, utilizadas pela lógica do monopólio enquanto estratégias do Estado burguês que viabiliza a garantia da sua legitimidade, oferecendo um amplo leque de condicionalidades que atendem as demandas socioeconômicas da idade do monopólio, desde o suporte à práticas sociais, pelo enfrentamento às sequelas da “questão social”, bem como, no âmbito da produção do *consenso* no campo da luta de classe, quando incorre na vulnerabilização da organização do conjunto da classe trabalhadora. Toda essa conjuntura respondendo “à própria dialética do processo social” no estágio monopolista (NETTO, 2011, p. 36).

De acordo com Netto (2011), o lastro legitimador de todo esse processo social vigente na organização monopólica apresenta uma série de mecanismos e componentes, enlaçados por um complexo de relações e conexões, imanentes e externos ao estágio monopolista, que estão na fundamentação objetiva do processo de funcionalidade e utilização estratégica das perspectivas “pública” e “privada” pelo Estado burguês no enfrentamento das sequelas da “questão social”, saber: a invasão da vida social pela lógica do capitalismo monopolista; utilização do arsenal teórico-cultural, derivado do pensamento conservador e positivista, que assegura a legitimidade da ordem burguesa no campo da representação ideal; a psicologização da vida social e a psicologização dos problemas sociais; a especificação do ser social nas dimensões ético-moral e; a moralização da “questão social”:

[...] é um processo que enlaça, como se verifica, componentes teórico-culturais e tendências econômico-sociais próprias da gestação e da consolidação da ordem monopólica. Fornecendo tanto referências ideais quanto instrumentos operativos para implementar sob as óticas público e privado a intervenção sobre as refrações da “questão social [...]” (NETTO, 2011, 50).

Nesse sentido, o obscurecimento da “questão social”, enquanto expressão da contradição capital/trabalho imanente ao modo de produção capitalista, ganha contornos mais complexos na organização monopólica da sociedade burguesa, e as refrações da “questão social” são postas como algo que é ocasional - que se dá ocasionada por um contexto fora de uma condição ótima da reprodução da sociedade. Sendo, então, atribuído

esse lugar de “problemas sociais” às expressões da “questão social”, ressitando o *ethos* individualista do ideário liberal (NETTO, 2011). Sobre a discussão da fronteira entre público e privado, Netto (2011) elabora como o estágio do capitalismo monopolista articula a teoria do positivismo, que tem como premissa sociológica a dinâmica social similar as leis que organizam a natureza. Assim, legitimando, com base nessa premissa, a naturalização dos problemas sociais. Isto é, se naturaliza a própria sociedade e o modo como ela se produz e se reproduz. De acordo com Netto (2011), o pensamento positivista seria uma das fundamentações teóricas científicas que subsidiam a dimensão teórico-cultural da sociedade burguesa no estágio monopolista.

O campo do privado vai ser atacado por dois componentes, o teórico-cultural e as tendências econômica-sociais próprias da gestão e da consolidação da ordem monopólica. Dentro do componente teórico-cultural, o pensamento conservador e a teoria positivista articulam a permanência e manutenção da representação do ideário liberal, que naturaliza a sociedade burguesa e; por outro lado, as tendências econômicas sociais da ordem monopólica, ressitando a dimensão privada a partir da psicologização das relações sociais, e em última instância da moralização da sociedade e individualização dos problemas sociais. Esses componentes vão tentar resolver os *problemas sociais* a partir das *disfunções dos indivíduos*, e assim, se reproduz a lógica do capitalismo monopolista, e entrelaça a complementariedade das perspectivas “pública” e “privada”, colocando essas dimensões num mesmo patamar (NETTO, 2011).

Dando continuidade aos componentes histórico-sociais que conformam a gênese da emergência do Serviço Social no quadros do capitalismo monopolista, a saber: as exigências econômico-sociais próprias do ordenamento econômico do capitalismo monopolista; o recurso teórico-cultural advindo do pensamento conservador e da teoria positivista, que legitimam a lógica burguesa no plano da representação ideal e; por fim, mas não menos significativo, Netto (2011) destaca outro componente fundante na transição do estágio concorrencial para estágio monopolista: o processo de maturidade da mobilização e organização política da classe trabalhadora, tomada como protagonista histórico-social:

Destarte, o desenvolvimento da sociedade burguesa em seu estágio monopolista maduro e consolidado responde à confluência dos componentes supracitados, tendo, segundo Netto (2011), relevo especial também o movimento dos protagonistas histórico-sociais no processo da conformação social macroscópica: “[...] como toda a dinâmica do processo social, ela não opera senão nos espaços das lutas de classes, com seus sujeitos histórico-sociais em movimento concretos” (NETTO, 2011, p. 51). Considerando que são as *classes* a célula essencial da sociedade burguesa, confirma-se que é a partir da movimentação das classes sociais, em seus confrontos e embates, que deriva o curso concretamente do desenvolvimento do modo de produção capitalista. Respondem, enquanto protagonistas no decurso da organização monopólica, a classe operária, a burguesia e as demais frações das camadas sociais (produto da intensa diferenciação na estrutura de classes, próprio do estágio monopolista) (NETTO, 2011).

É, por tanto, no campo da luta de classes que a classe operária, a burguesia e as camadas intermediárias da sociedade disputam, a partir de “estratégias próprias e diferenciadas (NETTO, 2011, p. 51), em direção aos seus projetos político-sociais específicos, o ordenamento societário. Na contextualidade que marca a intensa movimentação entre os projetos político-sociais dos protagonistas em evidencia, Netto (2011) destaca um elemento significativo no processo de organização da classe

trabalhadora: “o vetor revolucionário vinculado ao pensamento de Marx” (NETTO, 2011, p. 57), que engendra, no processo de maturação política da classe trabalhadora a *politização* da “questão social”, redimensionando sua representação ideal, antes balizada pela teoria positivista, para “seu terreno específico, o do *antagonismo* entre o capital e o trabalho, nos confrontos entre seus representantes; é colocada, porém, como objeto de intervenção revolucionária [...]” (NETTO, 2011, p. 59).

Nesse movimento recíproco entre as classes sociais que compõem o campo da luta de classes, a maturidade política organizativa e de mobilização da classe operária investe para o protagonismo burguês, alçando também, novos parâmetros no campo da correlação de forças. No que diz respeito ao protagonismo da classe burguesa, ela também se desenvolve e se transforma no sentido de dar respostas ao redimensionamento da “questão social”. Uma das formas dessa reação é a própria diferenciação da classe burguesa, a elite burguesa também se torna mais complexa, ocupando, por exemplo, os aparatos públicos: “a dupla condição de políticos profissionais e empresários” (NETTO, 2011, p. 61). As novas estratégias da burguesia consistem na dinamização da classe burguesa, no processo de cooptação do Estado a serviço dos objetivos e projetos da burguesia, ademais, da disputa de classes no campo da luta política, que impele a burguesia articular um projeto político-social que atenda às novas exigências da dinâmica econômica pelo ordenamento monopolista (NETTO, 2011).

O fator da maturidade política das classes sociais redimensiona o campo da luta de classes à nível da luta política. Assim, se no estágio concorrencial as estratégias da burguesia, no campo do embate com a classe operária, admitiam o confronto pela força física, a partir de intervenções policiais sob direção do Estado, no estágio do capitalismo monopolista, o protagonismo burguês “não se defronta mais com formas de luta carbonárias, diante das quais a borduna policialesca mostrava-se eficiente; agora tem de enfrentar *lutas políticas de massas* [...]” (NETTO, 2011, p. 60). É esse novo rearranjo dos projetos societários referentes aos protagonistas histórico-sociais emergentes no capitalismo monopolista, que configura, também, como componente que está na gênese da política social pública. Admitindo uma série de recursos que garantam a hegemonia dos monopólios, no curso de articular novas estratégias que confrontem a dimensão revolucionária da classe operária, enquanto projeto político-social, a burguesia aposta na máxima *despolitização* da “questão social” como estratégia política fundamental: o escamoteamento da dimensão política medular da “questão social” constitui o cerne da política burguesa que a quer enfrentar na idade do monopólio” (NETTO, 2011, p. 61).

Portanto, o período do capitalismo monopolista está atrelado à intensa organização política da classe trabalhadora, bem como, da própria burguesia, com protagonistas histórico-sociais no conjunto das relações sociais. Nesse sentido, o Estado burguês é demandado à uma posição mais democrática no campo da correlação de forças, como foram, por exemplo, as experiências do Welfare State. A burguesia utiliza, também, a *diferenciação* dentro da estrutura social da classe trabalhadora, enquanto uma de suas estratégias ou “macroestratégias”, além da própria complexidade da estrutura social, reconfigurada a partir do ordenamento monopólico societário: [...] começam a prefigurar grupos e agregados *próprios ao novo estágio de desenvolvimento* – e que viriam a florescer com o período “clássico” do imperialismo: profissionais “liberais”, intelectuais, técnicos especializados, etc. (NETTO, 2011, p. 63). Essa nova fração das camadas das classes sociais, composta pelos grupos sociais destacados, formam, no processo de maturidade e consolidação do capitalismo monopolista, um segmento ideológico constituindo-se

enquanto protagonista histórico-social e projeto político-social que colocam em movimento o campo da luta de classes (NETTO, 2011).

São, portanto, os protagonistas históricos sociais, a partir dos seus projetos específicos de sociedade, no passo do desenvolvimento ao estágio do capitalismo monopolista, que engendram transformações em seu interior, resultando no que Netto (2011) elabora como projetos de sociedade decisivos, que são: as projeções proletária-revolucionária, conservadora-burguesa e reformista-“revisionista”. O enfrentamento às estratégias sócio-políticas que foram viabilizadas a partir dessas projeções é o que vai resultar em “estruturas, instituições e políticas que marcam a organização da vida social na ordem monopólica” (NETTO, 2011, p. 69). É, pois, engendrada nessa nova configuração social macroscópica erguida mediante a organização monopólica da sociedade burguesa consolidada e madura, mediada pelos processos econômicos, sócio-políticos e teórico-culturais mencionados, que emerge a profissionalidade do Serviço Social, segundo pensamento de José Paulo Netto (2011, p. 69): “sem a consideração deste marco específico, a análise da história do Serviço Social perde concreção [...]” e recai em “equivoco analítico”, alegando a legitimidade da emergência profissional do Serviço Social enquanto resultante do processo de desenvolvimento das suas protoformas:

[...] a constituição da profissão seria a resultante de um processo cumulativo, cujo ponto de arranque estaria na “organização” da filantropia e cuja culminação de localizaria na gradual incorporação, pelas atividades filantrópica já “organizadas, de parâmetros teórico-científicos e no afinamento de um instrumental operativo de natureza técnica; em suma, das protoformas do Serviço Social a este enquanto profissão, o evoluir como que desenharia um *continuum*” (NETTO, 2011, p. 69).

É, portanto, de acordo com elaboração analítica apresentada no estudo em tela, na contextualidade que marca a dominação do projeto político-social da burguesia no âmbito do ordenamento da sociedade monopolista, onde emerge o espaço histórico-social que reclama o agente profissional do Serviço Social, no âmbito do mercado de trabalho. À esta conformação social macroscópica, específica do estágio monopolista da sociedade burguesa, que Netto (2011) localiza a legitimidade da prática profissional do Serviço Social: “[...] a nosso juízo, constitui o efetivo fundamento profissional do Serviço Social: a criação de um espaço sócio-ocupacional no qual o agente técnico se movimenta” (NETTO, 2011, p. 70).

Não podemos perder de vista um elemento decisivo no processo de profissionalização do Serviço Social nos quadros do ordenamento burguês: o protagonismo burguês projeta suas estratégias sócio-políticas e teórico-culturais no sentido de garantir “as condições da sua reprodução como classe dominante e dirigente” (NETTO, 2011, p. 62). Nesse sentido, no campo da reprodução da sociabilidade burguesa, Netto (2011) destaca elementos que marcam uma *relação de continuidade* da profissionalidade do Serviço Social com as suas protoformas, expressa em dois níveis: no âmbito ideo-político e teórico-conservador, próprios da fundamentação ideológica e teórico-científica derivada do pensamento conservador e da teoria positivista; e no âmbito da modalidade interventiva pela via da filantropia e da caridade, reflexo da interação oriunda da Igreja Católica.

Simultâneo aos componentes que marcam a relação de continuidade entre a profissionalidade do Serviço Social e suas protoformas, instauram-se processos de ruptura, que se fundamentam na medida em que os agentes profissionais passam a elaborar/executar uma modalidade interventiva organizada mediante determinações

externas às intencionalidades individuais e às agências próprias das suas protoformas, pois que “se inserem em atividades interventivas cuja dinâmica, organização, recurso e objetivos são determinados [...]” (NETTO, 2011, p. 71) pela lógica do mercado. Caracterizam a inserção do agente profissional pela lógica do mercado, a condição de assalariado e o redimensionamento do significado social da prática profissional no âmbito da reprodução das relações sociais:

A profissionalização do Serviço Social não se relaciona decisivamente à “evolução da ajuda”, à “racionalização da filantropia”, nem à “organização da caridade”; vincula-se à *dinâmica da ordem monopólica* [...] pelo desempenho de papéis, atribuições e funções a partir da ocupação de um espaço na divisão social (e técnica) do trabalho na sociedade burguesa consolidada e madura [...] (NETTO, 2011, p. 73).

Nesse sentido, Netto (2011) argumenta que a emergência profissional do Serviço Social não pode ser debitada a partir de transformações engendradas no interior da profissão, mas sim, da estruturação do próprio mercado de trabalho, que instaura na divisão social (e técnica) do trabalho espaços que requerem a prática profissional do Serviço Social. Netto (2011) debita, nesse sentido, a profissionalidade do Serviço Social às mediações histórico-sociais específicas do capitalismo monopolista: “A emergência profissional do Serviço Social é, em termos histórico-universal, uma variável da idade do monopólio; enquanto profissão, o Serviço Social é divorciável da ordem monopólica – ela cria e funda a profissionalidade do Serviço Social” (NETTO, 2011, p. 74).

Como vetor da organização dos monopólios nos marcos da sociedade burguesa consolidada e madura, a profissionalidade do Serviço Social se articula mais precisamente no campo das políticas sociais, que constituem a modalidade interventiva do Estado burguês no enfrentamento às expressões da “questão social”. Nessa configuração interventiva do Serviço Social profissional, vincula-se à prática profissional um caráter “essencialmente executivo”, como “*um dos agentes executores das políticas sociais*” (NETTO, 2011, p. 74). Essa dimensão peculiar ao agente profissional do Serviço Social é um dos vieses que determinam a relação de continuidade e ruptura (anteriormente citadas) com as suas protoformas.

Segundo Netto (2011), dois vetores da lógica monopolista articulam as mediações que concorrem para relação de continuidade: a natureza da política social do Estado burguês no capitalismo monopolista, que se objetiva de forma segmentarizada, setorializada, como problemas autonomizados, reiterando antigas formas de manipulação dos vulnerabilizados pelas sequelas da “questão social” e; da necessidade própria da organização monopólica de gerir a valoração do capital e as demandas do conjunto da classe trabalhadora no processo de produção e reprodução da sociabilidade burguesa, atribuindo ao agente profissional a função de preservação e controle da força de trabalho (NETTO, 2011). Estas condicionalidades que conformam a prática profissional do Serviço Social na lógica monopolista da sociedade burguesa, atribui ao Serviço Social que se articula tradicionalmente, a representação e a autorrepresentação enquanto *tendência dominante*, no âmbito da reprodução da lógica burguesa (NETTO, 2011).

Contudo, considerando que o terreno das políticas sociais se constitui essencialmente o campo das disputas entre os projetos sócio-políticos decisivos dos protagonistas histórico-sociais nos quadros do capitalismo monopolista, Netto (2011) destaca outro elemento com rebatimento na prática do Serviço Social; que, ademais de

emergir enquanto estratégia sócio-política do protagonismo burguês na emergência do monopólio, o Serviço Social é atravessado pelas contradições e antagonismo que caracterizam as suas respostas às expressões da “questão social” balizadas pelos projetos sócio-políticos dos protagonistas sociohistóricos. Nesse sentido, Netto (2011) esclarece que a *tendência dominante* atribuída ao Serviço Social não configura uma conformação determinada *por si mesma*, mas que responde aos influxos no campo da luta de classes: “[...] a prática do exercício profissional abre a possibilidade, posto que inscrita numa dinâmica instaurada molecularmente pelos enfrentamentos de classes e frações de classes, para que rebatam no seu referencial ideal os projetos dos vários protagonistas sociohistóricos” (NETTO, 2011, p. 78).

É nessa contextualidade das condições histórico-sociais da emergência do Serviço Social, descritas acima, que se funda a estrutura sincrética do Serviço Social. De acordo com Souza (2014, p. 535): “[...] a reprodução da sociabilidade burguesa, presente contraditoriamente nas estruturas do Estado e da sociedade civil-burguesa, que reproduzem o sincretismo do Serviço Social no âmbito do exercício profissional”. A seguir, vamos abordar o sistema sincrético do Serviço Social, nas dimensões da prática profissional e dos fundamentos ideo-teóricos que sinalizam a gênese do Serviço Social até meados da década de 1960 (NETTO, 2011).

A ESTRUTURA SINCRÉTICA DO SERVIÇO SOCIAL

A discussão sobre a estrutura sincrética do Serviço Social se localiza no âmbito da problemática acerca da *natureza* socioprofissional do Serviço Social. Faz parte do debate do significado social da profissão, a partir da década de 1960, no contexto do movimento de intenção de ruptura, quando se discute os papéis sócio-ocupacionais do Serviço Social, problematizando sua herança tradicional/conservadora, a partir da perspectiva da teoria social crítica marxiana, no sentido da atualização dos paradigmas que marcaram a legitimidade profissional e o sistema de saber do Serviço Social (NETTO, 2011; SOUZA, 2014).

Em “Capitalismo monopolista e Serviço Social”, Netto (2011) adentra à discussão acerca da legitimidade profissional colando, de antemão, como o Serviço Social foi histórica e socialmente atacado, no âmbito dos estatutos profissional e teórico da profissão, resultando em um traço e herança bibliográfica do Serviço Social que confere a legitimidade da prática profissional e do seu arsenal teórico-metodológico alçados status “científico” proveniente das ciências sociais (NETTO, 2011).

A elaboração intelectual tradicionalmente empreendida na produção bibliográfica do Serviço Social argumenta, portanto, a relação entre o fundamento científico do Serviço Social e o seu estatuto profissional, colocando a legitimidade profissional em relação de dependência ao arsenal teórico da profissão, que teria, em seu processo evolutivo, alçado status científico. Ou seja, a legitimidade da prática profissional estaria argumentada mediante a cientificidade de seu sistema de saber: “ao derivar a legitimidade da prática profissional a partir dos seus fundamentos pretensamente “científicos”” (NETTO, 2011, p. 86).

Historicamente, a produção bibliográfica do Serviço Social constrói concepções que argumentam uma ‘evolução’ da prática profissional mediante uma “maturidade científica” (aspas do autor), conquistada no interior da produção intelectual do Serviço Social, a partir dos fundamentos teóricos advindos das ciências sociais (NETTO, 2011). De

acordo com Netto (2011), esta linha de análise constitui um equívoco analítico elaborado pelo Serviço Social, ao legitimar a prática profissional a partir do estatuto teórico da profissão, debitando apenas aos fundamentos científicos as inflexões que ocorreram no âmbito da prática profissional; inferindo e balizando a prática profissional diretamente correspondendo a fundamentação teórico-metodológica (NETTO, 2011). Esse equívoco implicou também no que Netto (2011) chamou de (auto)ilusionismo ideológico: “buscar a gênese de suas redefinições profissionais na alteração do sistema de saber que o referencia, típica operação de (auto)ilusionismo ideológico [...]” (NETTO, 2011, p. 90).

Netto (2011) aponta dois momentos históricos do Serviço Social que expressam o referido ilusionismo ideológico. O primeiro seria a inserção da psicologia no campo profissional do Serviço Social, que instaurou o Serviço Social de Caso e, o segundo momento, seria a inserção do Desenvolvimento de Comunidade. Nos dois momentos históricos do Serviço Social, temos a relação direta entre o sistema de saber e a prática profissional. Além, de incorrer em ilusionismo ideológico, tal inversão também implicaria em “obnubilar a visão que se pode estabelecer a sua estrutura teórica” (NETTO, 2011, p. 90), o que coloca para profissão, no âmbito da elaboração intelectual, análises que não investigariam o arsenal teórico-metodológico em seu terreno adequado, resultando em um obscurecimento nas relações teóricas do Serviço Social. Tais momentos históricos do Serviço Social deflagram implicações da inversão empreendida tradicionalmente no Serviço Social, ao creditar as redefinições do estatuto profissional mediante matrizes teórico-culturais:

[...] em *nenhum* dos dois casos se realçaram as incidências teóricas das rotações que se realizaram. [...] ademais de se levar a cabo o ilusionismo segundo o qual da incorporação de novas matrizes teórico-culturais decorreu uma redefinição do estatuto profissional, efetivou-se uma operação que tinha por pressuposto que o crescimento, a ampliação e a consolidação do sistema de saber a que se reenviava o Serviço Social era um processo orgânico de cumulativo, no interior do qual a incorporação e a integração de novos quadros teórico e analíticos se dava sem colocar em questão a sua congruência e o seu padrão de articulação com a massa crítica anteriormente caucionada. Donde não só a subsunção do estatuto profissional ao teórico, com a prática dos profissionais parecendo receber os seus traços pertinentes do código teórico; muito mais: o repertório analítico, extraído seletivamente do bloco das ciências sociais, toma-se como se a sua estrutura teórica fosse compatível a *limine* com as elaborações anteriores (NETTO, 2011, p. 91).

Faz coro a essa citação de Netto (2011) a passagem referente a estrutura sincrética no âmbito do sincretismo teórico (que iremos abordar mais especificamente adiante) elaborada em Souza (2014, p. 536):

[...] o sincretismo da prática aparece no âmbito da produção de conhecimento (como tendência) como ecletismo, ou seja, como coletânea acrítica de teorias, categorias e conceitos por vezes contraditórios, tudo em nome da captura de fragmentos de teoria que sejam capazes de explicar, também fragmentariamente, a realidade setorial com que se defronta o profissional, sem uma preocupação fundamental quanto às suas consequências ideológicas.

Netto (2011) destaca que, para elaboração intelectual daquela época, ademais de incorrer ao equívoco analítico mencionado, pouco se tinha alcançado acerca da legitimidade do Serviço Social a partir das demandas histórico-sociais instituídas nos

quadros da sociedade burguesa consolidada, que insere a profissão no contexto da divisão social e técnica do trabalho, desconsiderando “o primordial: o erguimento de uma configuração profissional a partir de demandas histórico-sociais macroscópicas” (NETTO, 2011, p.87), tal qual argumentamos no item precedente do estudo em tela, e apresentado no primeiro capítulo de “Capitalismo monopolista e Serviço Social” (NETTO, 2011).

Resulta, portanto, da inversão analítica referida, duas problemáticas: impossibilitou que a profissão remetesse o seu sistema de saber ao terreno que lhe é efetivamente pertinente, o de direcionar e qualificar a prática profissional no sentido de responder as demandas sociais postas pelo ordenamento da sociedade burguesa; bem como, enquanto recurso teórico-metodológico que possibilita o conhecimento do social, no caso em questão, que possibilitasse o conhecimento da lógica burguesa nos quadros do capitalismo monopolista (NETTO, 2011).

Nesse sentido, e aqui se localiza, provavelmente, o giro no âmbito da problematização do significado social do Serviço Social, do qual a obra “Capitalismo monopolista e Serviço Social Netto” (2011) se insere. Netto (2011) não debita aos autores a responsabilidade pelo erguimento e preservação dessa tradição intelectual do Serviço Social que produziu a inversão já discutida. Os fundamentos que engendram tal inversão referem-se a dois componentes históricos: as condições sociohistóricas que fundamentam a emergência profissional do Serviço Social na organização monopólica da sociedade burguesa (como já mencionadas): as exigências econômico-sociais, próprias da organização monopólica; o recurso do patrimônio teórico-cultural, derivado do pensamento conservador e da teoria positivista e; “a carência de um referencial teórico crítico-dialético (NETTO, 2011, p. 92), que possibilitasse ao Serviço Social o desvendamento acerca das mediações e contradições que fundamentam a sociedade burguesa, possibilitando uma análise teórica *adequada* no que se refere a legitimidade profissional do Serviço Social (NETTO, 2011; SOUZA, 2014).

No que se refere a inversão analítica empreendida historicamente pelo Serviço Social, podemos dizer que esta deita raízes na modalidade específica da intervenção do Serviço Social nos quadros do capitalismo monopolista, que consiste no que Netto (2011) vai chamar de *manipulação de variáveis empíricas*. É, pois, enquanto requisição a esta modalidade interventiva que o sistema de saber deve-se apresentar compatível a uma instrumentalização: “com a prática dos profissionais parecendo receber os seus traços pertinentes do código teórico” (NETTO, 2011, p. 91).

Assim, tal especificação prático-profissional reclama paradigmas teóricos compatíveis com a natureza segmentarizada das refrações da “questão social” e compatível com o enfretamento as expressões da “questão social” pela via das políticas sociais setoriais. Assim, a modalidade específica da intervenção profissional ancora-se e se legitima por referenciais teórico que reproduz a lógica do capital no ordenamento monopolista, longe de “apreender o sistema de mediações concretas que forma a rede em que se constitui a unidade interventiva” da prática-profissional (NETTO, 2011, p. 95). A partir dessa relação equivocada entre o estatuto teórico e o estatuto prático-profissional, balizados mediante a modalidade específica de intervenção do Serviço Social que se estabelece a “*reposição intelectual do sincretismo*” (NETTO, 2011, p. 98).

Nesse sentido, Netto (2011) aprofunda-se sua análise acerca das determinações que fundamentam o exercício prático-profissional do Serviço Social, quais sejam: o seu objeto de intervenção, já consolidada as expressões da “questão social”; o seu horizonte de atuação, situado no *cotidiano* e; sua modalidade específica de intervenção, instituída a

partir da manipulação de variáveis empíricas (NETTO, 2011). A partir do recurso da teoria social crítica de que dispõe (como já mencionamos anteriormente), Netto (2011) elabora um desvendamento acerca da natureza desses determinantes que organizam a prática-profissional do Serviço Social: a problemática da “questão social”, expressa por sua natureza difusa, congenial ao capitalismo no estágio monopolista; o cotidiano, enquanto composição heteróclita e; a modalidade específica de intervenção dos assistentes sociais, que tende reproduzir a demanda profissional (NETTO, 2011).

A problemática da “questão social” gravita a partir das seguintes determinações: a organização monopólica instaura a refração da “questão social”, que se expressa polifacetada e polimórfica, inserida em todas as relações da convivência societária. A esta determinação Netto (2011, p. 93) vai dizer que: “há a possibilidade abstrata de implementar ações direcionadas pelo Serviço Social em qualquer que seja a esfera da sociedade”. Por outro lado, a burocrática institucionalização da intervenção do Estado burguês, pela operacionalização das políticas sociais, como estratégia sócio-política de enfrentamento às refrações da “questão social”, abordada apenas em sua fenomenalidade, pela sua materialização objetivamente setorializada, resulta em sua reprodução ampliadamente (NETTO, 2011):

Verifica-se, portanto, que a problemática que demanda a intervenção operativa do assistente social *se apresenta*, em si mesma, como um conjunto sincrético; *a sua fenomenalidade e o sincretismo* – deixando na sombra a estrutura profunda que é a categoria ontológica central da própria realidade social, a *totalidade* (NETTO, 2011, p. 95).

O enfrentamento às refrações da “questão social” seria, por tanto, sincrético em sua natureza: que se apresenta de forma fenomênica. Ou seja, ele obscurece sua causalidade ontológica. O cotidiano, enquanto terreno de atuação profissional do Serviço Social, também se apresenta sincrético, pois está organizado em uma rede heteróclito que articula dimensões diversas da vida social, como culturais, econômicas, sociais, biográficas, admitindo-se uma desvinculação de tais dimensões apenas pela via da “formalidade institucional” (NETTO, 2011, p. 94) e, por fim, a modalidade específica de atuação do Serviço Social, a manipulação de variáveis empíricas, que se articula no plano das “funções executivas” (NETTO, 2011, p. 96), resultando em intervenções paliativas, que reiteram e reproduzem a demanda profissional. Assim, todas as dimensões da prática-profissional do Serviço Social estariam circunscritas em uma estrutura sincrética, no âmbito da fenomenalidade das refrações da “questão social”, da natureza heteróclita do cotidiano e da manipulação de “situações-problema”, respondendo a dinâmica contraditória das relações sociais nos marcos do capitalismo monopolista (NETTO, 2011):

O sincretismo nos parece ser o fio condutor da afirmação e do desenvolvimento do Serviço Social como profissão, seu núcleo organizativo e sua norma de atuação. Expressa-se em todas as manifestações da prática profissional e revela-se em todas as intervenções do agente profissional como tal. O sincretismo foi um princípio constitutivo do Serviço Social” (NETTO, 2011, p.92).

Podemos apontar alguns elementos presentes na estrutura sincrética do Serviço Social, como: a *fenomenalidade*, enquanto forma objetiva de expressão que caracteriza todas as dimensões da prática profissional do Serviço Social; o *tecido heteróclito*, que compõe o cotidiano, onde ancora-se a intervenção profissional do Serviço Social, marcado pela “heterogeneidade das situações” (NETTO, 2011, p. 94), no campo das instituições; a

desvinculação dos setores da vida que compõe o tecido social, a partir de uma intervenção burocrático-administrativa e da política social setorial e; o último elemento, seria produto próprio da natureza da intervenção profissional segmentarizada, sincrética, que *reproduz reiterativa a demanda da intervenção profissional*.

Num quadro geral, a estrutura sincrética do Serviço Social é expressão da especificidade operacional da prática-profissional, organizada a partir das peculiaridades supracitadas mas, também, num nível macroscópico da conformação social, balizada pelos determinantes sociohistóricos engendrados no estágio monopolista da sociedade burguesa consolidada, como: o patrimônio teórico-cultural, proveniente do pensamento conservador e da teoria positivista; o protagonismo burguês, que articula estratégias sócio-políticas no sentido de garantir sua dominação, no campo da luta de classes; as exigências econômicas do ordenamento monopolista, que insere o Estado na dinâmica econômica, em especial, pela via das políticas sociais; ou seja, toda uma gama de determinantes que organizam a estrutura sincrética do Serviço Social como traço peculiar da sua prática-profissional e enquanto vetor no processo de produção e reprodução da lógica burguesa e capitalista (NETTO, 2011, SOUZA, 2014).

Nesse sentido, Netto (2011) destaca que a análise dos estatutos teórico e profissional do Serviço Social só seria devidamente empreendida, portanto, ao situar tal análise à estrutura sincrética do Serviço Social no âmbito do exercício pratico-profissional. Ou seja, a apreensão da legitimidade teórica e da legitimidade pratico-profissional do Serviço Social só seria possível mediante a compreensão acerca da estrutura sincrética do Serviço Social profissional, expressa a partir das peculiaridades que conformam a intervenção pratico-profissional do assistente social no marco do monopólio (NETTO, 2011). A estrutura sincrética do Serviço Social deriva da prática-profissional do assistente social na organização monopólica da vida social, mas, revela-se também, nas suas dimensões ideológicas e teórico-científicas, o que Netto (2011) vai chamar de sincretismo ideológico e sincretismo científico, que tem como base fundamental a racionalidade burguesa, extraída do irracionalismo e da razão formal-burocratizada, que se articulam sincronizadas “às regularidades sociais epidérmicas da ordem burguesa” (NETTO, 2011, p. 101).

No âmbito da racionalidade burguesa, a modalidade interventiva pratico-profissional revela-se como produto da transcrição imediata das dinâmicas sociais da ordem burguesa ao plano do pensamento formal-abstrato (NETTO, 2011). É, pois, nesse sentido, que, como vimos anteriormente acerca do equívoco analítico elaborado pelo Serviço Social em debitar a legitimidade profissional ao seu arsenal teórico-científico, vincula-se a prática-profissional diretamente às vertentes teóricas, numa tentativa de instrumentalização do conhecimento, como se fossem dimensões que expressam compatibilidade direta: esse ordenamento que articula dinâmica social, intervenção pratico-profissional e arsenal teórico num complexo compatível, próprio da racionalidade burguesa, imprime nos fundamentos ideo-teórico do Serviço Social a expressão da estrutura sincrética (NETTO, 2011; SOUZA, 2014), de tal modo que:

No plano da articulação teórica, ultrapassa o senso comum com uma formulação sistemática, entretanto sem desbordar o seu terreno; no plano da intervenção, clarifica nexos causais e idêntica variáveis prioritárias para a manipulação técnica, desde, põem, que a ação que sobre elas vier a incidir não vulnerabilize a lógica medular da reprodução das relações sociais (NETTO, 2011, p. 101).

No que se refere a dimensão prático-profissional do Serviço Social, quando somados o irracionalismo e a razão formal-abstrata da racionalidade burguesa à modalidade interventiva do Estado burguês, pela via das políticas sociais, operacionalizadas pelo fazer profissional a partir da manipulação de variáveis empíricas, Netto (2011) argumenta:

(...) nas condições dadas pelos parâmetros que balizam a sua operacionalização, o máximo que se obtém com seu desempenho profissional é uma *racionalização* dos recursos e esforços dirigidos para o enfretamento das refrações da “questão social”. Cria-se, então, o anel de ferro que aprisiona a profissão (NETTO, 2011, p. 103).

Destarte, as formas de intervenção profissional do Serviço Social não rompem com a racionalidade burguesa, ao contrário, preserva a lógica burguesa e capitalista na medida que reproduz as relações sociais no modo de produção capitalista:

A incidência dessa modalidade interventiva do Estado burguês nas refrações da “questão social”, acoplando-se às condições gerais da intervenção social na sociedade burguesa consolidada e madura (...): à prática profissional do Serviço Social é creditada a continuidade das reproduções (ou da cronificação) das refrações da “questão social” que, em verdade, dizem respeito à lógica dominante (mas não única) de todas as intervenções institucionais (NETTO, 2011, p. 103).

Considerando que a estrutura sincrética do Serviço Social não seria uma determinação que define em absoluto a profissionalidade do Serviço Social, mas na verdade, circunscreve a emergência profissional em condições histórico-sociais estabelecidas sobre a égide da dinâmica capitalista em estágio monopolista. Netto (2011) analisa que a estrutura sincrética, portanto, não é um fator endógena ao Serviço Social mas, um rebatimento de tais condições sociohistóricas e ideo-culturais que conformam a lógica da sociedade burguesa e capitalista: “O limite, como se verifica, não é endógeno ao Serviço Social [...] mas ele se apresenta *como se fosse* endógeno ao Serviço Social na medida que este tem sua funcionalidade socioprofissional explicitada no tratamento das refrações da “questão social”” (NETTO, 2011, p. 103).

Netto (2011) reúne os elementos que constituem o “anel de ferro” do Serviço Social: as resultantes empíricas, as valorações sociais, intelectuais e institucionais, a subalternidade técnica e o tratamento burocrático-administrativo da problemática social. Todos esses elementos rebatem na prática profissional, o que demanda para o agente profissional outra faceta do sincretismo, de serem demandados “para um papel social cujo conteúdo difuso só pode ser preenchido através de uma aparente polivalência, que exaure qualquer diferenciação prático-profissional” (NETTO, 2011, p. 105):

[...] cabe ao que esta polivalência expressa: o sincretismo envolvido na prática do Serviço Social. É próprio da prática que se toma sincreticamente não somente a sua translação e aplicação a todo e qualquer campo e/ou âmbito, reiterando procedimentos formalizados abstratamente e revelando a sua indiferenciação operatória. Combinando senso comum, bom senso e conhecimentos extraídos de contextos teóricos; manipulando variáveis empíricas segundo prioridades estabelecidas por via de inferência teórica ou de vontade burocrático-administrativa; legitimando a intervenção com um discurso que mescla valoração das mais diferentes espécies, objetivos políticos e conceitos teóricos; recorrendo a procedimentos técnicos e a operações ditadas por expedientes conjunturais; apelando a recursos institucionais e a reservas emergenciais e

episódicas – realizada e pensada a partir desta estrutura heteróclita, a prática sincrética põe a aparente polivalência. Esta não resulta senão do sincretismo prático-profissional: nutre-se dele e o expressa em todas as suas manifestações (NETTO, 2011, p. 107).

Netto (2011) aponta dois elementos condicionantes que, sobre um padrão prático-empírico de procedimentos dos agentes profissionais, os levaram à polivalência, como a herança do imediatismo das protoformas, produzindo uma expectativa social sobre os encaminhamentos profissionais e, também, os recursos materiais e técnicos, resguardados em geral em estruturas burocrático-administrativas que turvavam a atuação profissional. Netto (2011) também insere nesse contexto de condicionantes que infere na prática profissional à polivalência, a dimensão teórico-metodológica da época, marcada pelo que autor coloca como “sistema de saber em cuja composição compareciam elementos heteróclitos”, numa referência ao caráter eclético do arcabouço teórico do Serviço Social. Em síntese, Netto (2011) destaca que o caráter polivalente expresso na dimensão prático-operativa é consequência da estrutura sincrética do serviço social, que, por sua vez, organiza uma série de determinantes e componentes:

Convergem para a prática sincrética vetores múltiplos: as condições de intervenção determinada pelas refrações da “questão social”; o referencial das ciências sociais gestadas na razão tornada miserável; a continuidade, erguido o Serviço Social como profissão, das expectativas típicas que envolviam as suas protoformas; a inserção peculiar na divisão social (e técnica) do trabalho, etc. A prática sincrética resolve-se no marco da imediação e da pragmática constitutivas da intervenção que tem como horizonte o espaço do cotidiano: na indiferenciação operatória, subsume-os e cristaliza um padrão de procedimentos do qual a profissionalização é menos um regulador efetivo que uma construção reflexiva (*constructo*). Com a sua eficácia não está hipotecada a exigências de rigor e congruência, mas ao êxito de determinadas manipulações sobre variáveis empíricas, esta prática translada ao complexo profissional o sincretismo nela privilegiado (NETTO, 2011, p. 107).

Se à organização da estrutura sincrética do Serviço Social debita-se as condições histórico-sociais no processo de emergência profissional do Serviço Social nos quadros do capitalismo monopolista, seus rebatimentos nas dimensões ideológicas e teóricas são debitados à própria prática-profissional propriamente:

A prática sincrética [...] enquanto se mostra o padrão recorrente do exército profissional, não só se apoia em parâmetros sincrético: contamina mediatamente os parâmetros teóricos e culturais que o referenciam [...] a prática sincrética tanto faz emergir elaborações forma-abstratas sincréticas quanto as requisita (Netto, 2011, p. 107).

O sincretismo está, portanto, presente em todas as manifestações do Serviço Social, na prática profissional, em seu sistema de saber e na sua dimensão ideo-cultural. A seguir, vamos adentrar a análise acerca do sincretismo teórico e ideológico que, embora se articule intimamente à prática sincrética, são analisados em “Capitalismo monopolista e Serviço Social” (NETTO, 2011) distintamente, considerando seus processos e mediações particulares. Uma revisão da bibliografia crítica remete o arcabouço ideológico do Serviço Social aos *ethos* burguês, de um lado, pelo pensamento conservador e, do outro, pela influência católica romana, em especial da Doutrina Social da Igreja, a partir das formulações de Leão XIII (NETTO, 2011). Contudo, para Netto (2011) esses apontamentos

não seriam suficientes para aclarar os processos que articulam a organização do arcabouço ideológico do Serviço Social, por sua generalidade analítica (Netto, 2011).

Resumir o arcabouço ideológico do Serviço Social a essas duas vertentes seria deixar de distinguir os processos que engendram a gênese do sincretismo ideológico do Serviço Social profissional nas tradições europeias e norte-americanas. No primeiro momento, Netto (2011) apresenta a conformação ideo-cultural que emergem do processo de desenvolvimento capitalista nos continentes norte-americano e europeu, que marca a gênese do sincretismo ideológico; ademais, das diferenças particulares aos processos de afirmação e desenvolvimento profissional do Serviço Social nos dois panoramas continentais: “na verdade, das protoformas à consolidação da profissão, são claramente perceptíveis duas linhas na história ideológica do Serviço Social, a europeia e a norte-americana” (NETTO, 2011, p. 110).

No contexto da Europa, o sincretismo ideológico emerge da trama de três fenômenos axiais no processo de desenvolvimento da sociedade burguesa: as experiências revolucionárias, marcada pela intensa organização e mobilização da classe operaria; a emergência do traço sociocultural restaurador e; e a tradição da Igreja Católica. Sobre o contexto norte-americano, Netto (2011) analisa distintos fenômenos, a saber: a ausência de experiências revolucionárias, que deflagra um processo de desenvolvimento capitalista sem resistências significativas, de modo que, “o desenvolvimento capitalista ganha uma aceleração inédita” (NETTO, 2011, p. 114) e; a influência protestante. Nos quadros gerais que constituem o panorama ideo-cultural de cada continente, destaca-se na experiência europeia o traço *restaurador*, ao passo que, emerge do panorama norte-americano o traço *modernizador* (NETTO, 2011).

Ao aprofundar-se no contexto ideo-cultural que se forja a partir das experiências norte-americana e europeia, Netto (2011) elabora como as conjunturas de cada experiência continental influem modularmente os projetos de intervenção prático-profissional do Serviço Social, que respondem aos influxos, em especial, no que tange o desenvolvimento capitalista peculiar a cada um dos continentes. Em ambas as experiências continentais, no processo de desenvolvimento do capitalismo, já se observa a conjuntura proveniente de um “caldo ideo-cultural” (NETTO, 2011), responsável pela gênese do sincretismo ideológico do Serviço Social. Na tradição ideo-cultural europeia, o sincretismo ideológico tem sua expressão na tentativa de “fusionar uma postura restauradora com algum grau de legitimidade na intervenção” (NETTO, 2011, p. 118), em contraposição a experiência norte-americana que tem o sincretismo ideológico “inscrito na configuração de um pragmatismo intelectual [...] que deve produzir a sua legitimação racional e construir-se sobre uma pressão religiosa (protestante)” (NETTO, 2011, p. 119):

Essas duas tradições cultural-ideológicas são as que penetram as protoformas e as primeiras afirmações profissionais do Serviço Social. Todavia, o problema do sincretismo ideológico na profissão vai mais adiante que a sua demarcação na sua gênese; com efeito, é mais complicado: o desenvolvimento profissional do Serviço Social deu-se, simultaneamente, com a imbricação dessas duas linhas evolutivas e com suas modificações particulares (NETTO, 2011, p. 120).

A partir da década de 1930, as duas tradições cultural-ideológicas, europeia e norte-americana, se entrecruzam, emergindo um movimento de “novas configurações cultural-ideológicas” (NETTO, 2011, p. 120). Contudo, a conformação ideo-cultural de cada continente, nesse momento histórico, já derivava do próprio processo de consolidação do desenvolvimento profissional do Serviço Social e de formas distintas. Na

experiência norte-americana, impera no âmbito do sincretismo ideológico, o operacionalismo e a instrumentalização, desbordando na psicologização, “que passa a percorrer todo o bloco cultural-ideológico hegemônico” (NETTO, 2011, p. 122) e no personalismo norte-americano que “[...] instaura um espaço em que os blocos cultural-ideológicos em presença podem interagir amplamente: o do irracionalismo que franqueia o passo ao psicologismo [...]” (NETTO, 2011, p. 123).

Na tradição europeia, emerge o neotomismo, com “a retomada do legado de Tomás de Aquino” (NETTO, 2011, p. 124), em contraposição as vertentes teóricas, políticas e ideológicas provenientes do desenvolvimento científico e filosófico europeu, instaurando a perspectiva do “bem comum”, em detrimento a antiga vertente restauradora; mas num processo que reafirma o pensamento conservadora. O que se estabelece inovador, a partir da “afirmação neotomista” (NETTO, 2011, p. 126), nesse quadro histórico da tradição europeia, é sua abertura às vertentes teórico-científicas, o que vai consagrar o intercâmbio entre as tradições europeia e norte-americana (NETTO, 2011):

[...] na América do Norte, os primeiros resultados da interação: novos valores e nova fundamentação se apresentam para a prática profissional do Serviço Social, extraídos do arcabouço neotomista [...] a tradição europeia abriu-se às técnicas e aos procedimentos já desenvolvidos pelos norte-americanos (NETTO, 2011, p. 126).

Instaura-se, aqui, a afirmação e consolidação do sincretismo ideológico do Serviço Social, que consiste nessa mescla entre vertentes ideo-culturais, muitas vezes, que não apresentam coerência entre si e, que refletem na prática profissional sem uma crítica analítica pertinente:

Não se procedeu, na bibliografia e na documentação profissionais, a uma análise sobre a congruência entre o arsenal heurístico, os procedimentos operatórios e os referenciais axiológicos nela imbricados. Ao contrário: deu-se por suposto que os referenciais axiológicos, independentemente do arsenal heurístico e dos procedimentos operatórios, é que garantiam a legitimidade, a orientação e o sentido da intervenção [...] (NETTO, 2011, p. 126).

Organizada pela mesma lógica sincrética que atravessa todo desenvolvimento da profissionalidade do Serviço Social, constitui-se o seu sistema de saber:

[...] o apelo a diferentes ciências sociais, com o recurso a componentes nem sempre compatíveis com a moldura em que são inseridos, para subsidiar práticas e representações que desbordam o limite de cada uma. Desta forma, a psicologia se engrena com uma teoria dos microssistemas sociais, a psicanálise se articula com a dinâmica dos pequenos grupos, a teoria funcionalista da mudança social se sintoniza com os esquemas dualistas em economia etc. (NETTO, 2011, p. 148).

Assim como o sincretismo da prática-profissional e o sincretismo ideológico, que se organizam a partir de vetores particulares ao âmbito que o expressa, também se organiza a estrutura sincrética no âmbito do sistema de saber que ancora o Serviço Social profissional nos quadros da sociedade burguesa em seu estágio monopolista consolidado e maduro, como veremos a seguir (NETTO, 2011). Segundo análise elaborada por Netto (2011), o sincretismo teórico pode ser analisado a partir de três eixos argumentativos: 1) as teorias científicas que possibilitam o conhecimento teórico-científico do ser social; 2) a vinculação teórica do Serviço Social e; 3) a pretensa ambição do Serviço Social

profissional em elaborar um sistema de saber específico. Vamos apresentar, em linhas gerais, como cada um desses eixos organizam o sistema de saber do Serviço Social profissional, no sentido de apreender sua estrutura sincrética no âmbito teórico-científico (NETTO, 2011).

Como temos dito nas discussões precedentes deste estudo em tela, a tradição ideológica que ancora o Serviço Social profissional consiste no pensamento conservador, de cariz positivista. Nesse sentido, analisando a perspectiva teórica positivista, enquanto sistema de saber que possibilita o conhecimento do ser social, Netto (2011) elabora que: “[...] para a perspectiva matizada pelo positivismo e suas derivações, a noção de “ciência” social (ou, mais exatamente, de “ciências” sociais) é algo que vai sem problematização de fundo” (NETTO, 2011, p. 133). O que Netto (2011) quer dizer com essa ineficiência no campo da problematização da noção de ciência, derivada das ciências sociais especializadas, parcelares e autônomas de raiz positivista, é que, em verdade, as ciências sociais, por não tomarem como objeto o dinamismo social real, a partir de fundamentos teóricos que equalizam o conhecimento da sociedade ao conhecimento da natureza, subtraindo da dinâmica social categorias ontológicas, como o *trabalho*, do qual resulta a própria sociedade, não é capaz de promover o conhecimento do ser social veraz: “[...] o que se articula é a autorrepresentação da sociedade burguesa, fundada numa perspectiva de ocultamento dos componentes da estrutura e da dinâmica sociais que revelam a natureza transitória (historicamente determinada)” (NETTO, 2011, p. 138) da sociedade (NETTO, 2011; SOUZA, 2014).

Vinculado à problemática aludida das Ciências Sociais, a sociedade burguesa, como elaborado por Netto (2011), apresenta outra problemática que se instaura no âmbito da possibilidade do conhecimento do ser social, que constitui sua natureza contraditória:

[...] a inversão própria, específica, típica da sociedade burguesa, cravada mesmo no seu modo de ser social: o caráter radicalmente saturado de socialidade das suas relações sociais (a processualidade social do seu modo de ser) *não aparece como tal as expressões imediatas da vida social* [...]: o padrão de objetividade social pertinente à sociedade burguesa (que chamamos de *positividade*) necessariamente, mistifica a processualidade que a constitui. A possibilidade de uma teoria social veraz – isto é, que não seja um mero paradigma explicativo, um modelo reflexivo e intelectual que introduz no movimento social real uma lógica e um sentido externos a ele, mas que, alternativamente, capture as determinações essenciais e fundamentais da sua dinâmica e as resolva na sua processualidade – é função da ultrapassagem daquela positividade (NETTO, 2011, p. 140).

Quando somados esses dois fenômenos que condicionam imperativamente a possibilidade de conhecimento do ser social, a problemática das ciências sociais e a natureza contraditória da sociedade burguesa, o sistema de saber que ancora o Serviço Social nos quadros da organização monopólica, proveniente das ciências sociais, se traduz um arsenal teórico que se legitima por sua instrumentalização. Ademais, a relação entre esses dois fenômenos, articula o campo fecundo para emergência do sincretismo teórico do Serviço Social, ancorado em um arsenal teórico “formado essencialmente de investigações percucientes sobre aspectos muito limitados da via social, desmontado e “decodificados” segundo uma racionalidade puramente analítica e instrumental” (NETTO, 2011, p. 142). Tem-se, por tanto, uma perspectiva teórica-científica, balizada pela processualidade da sociedade burguesa, que “permite recortes da realidade e, nessa abstração, a construção de objetos de pesquisa passíveis de serem tratados segundo

lógicas e instrumentos heurísticos que colidem entre si” (NETTO, 2011, p. 143), constituindo-se um arsenal teórico de natureza eclética: “[...] o ecletismo se revel um *organon* metodológico” (NETTO, 2011, p.143).

O outro eixo destacado por Netto (2011), que organiza o sincretismo teórico do Serviço Social constitui a sua vinculação teórica, claramente oriunda das ciências sociais, que como vimos na discussão precedente, no âmbito da possibilidade do conhecimento do ser social, se revela ineficiente. Contudo, o que Netto (2011) evidencia acerca da filiação teórico do Serviço Social às ciências sociais remete-se à construção de um sistema de saber “subproduto do desenvolvimento das ciências sociais” (NETTO, 2011, p. 144). Essa relação com as ciências sociais se centraliza a partir de uma conduta passiva-receptiva do Serviço Social, no que concerne ao seu modo de absorver os produtos teórico proveniente das ciências sociais, sem um traço analítico crítico, reafirmando seu sincretismo teórico (NETTO, 2011): “concebidas as ciências sociais como subsidiárias para a formação profissional, esta se colocava como o estuário daquelas. Situando-se desde então como uma espécie de desaguadouro das produções das ciências sociais [...]” (NETTO, 2011, p. 145).

Por fim, o sincretismo teórico do Serviço Social se consagra na tentativa de constituir um sistema de saber próprio, específico do Serviço Social, proveniente da matriz teórica positivista, capaz de alçar a profissão ao nível de ciência social, segundo Netto (2011) que configura “uma espécie de *sistema de saber de segundo grau*, obtido pela acumulação seletiva dos subsídios das ciências sociais conforme a necessidades da própria profissão” (NETTO, 2011, p. 146). Seguindo a própria lógica sincrética, o sistema de saber organizado pelo Serviço Social enquanto pretensão de uma autonomização no campo das ciências sociais revela-se acima de tudo *sincrético*, medularmente eclético: “o ecletismo é o sincretismo do Serviço Social no nível do seu (de segundo grau) sistema de saber” (NETTO, 2011, p. 147).

Em linhas gerais, a estrutura sincrética do Serviço Social, que organiza todas as dimensionalidades da profissão, prático-operativa, teórico-metodológica e ideo-cultural, obedece a uma dinâmica verificável em todos os âmbitos do Serviço Social: chega-se a uma nova modalidade de intervenção, mas na verdade, quando esmiuçada sua organização, observa-se que é apenas uma outra face pertinente ao modelo de intervenção anterior, constituindo um emaranhado no âmbito dos fundamentos do Serviço Social. É que este, no Serviço Social, é mais que o traço localizado ou localizável da profissão ou uma idiossincrasia de alguns segmentos profissionais – resulta da natureza da sua prática lastreia-se no seu engrandamento cultural-ideológico e remete ao seu sistema de saber, ao referencial “científico” que o ancora” (NETTO, 2011, p.131). Netto (2011) conclui sua tese sobre a o sincretismo teórico do Serviço Social pontuando se este seria possível de superação. Segundo o autor, considera-se que, para o Serviço Social, está posta a interdição para a construção teórica específica, ou a construção de uma metodologia particular. Ou seja, o seu arsenal heurístico estaria filiado sempre às teorias sociais das quais ele pode recorrer. Mas, não no intuito de produzir uma teorização própria.

Nesse sentido, fica o limite para o Serviço Social: “o de uma atividade que responde, no quadro da divisão social (e técnica) do trabalho da sociedade burguesa consolidada e madura, a demandas sociais prático-empíricas”, que confere ao Serviço Social a ausência de um “núcleo produtor teórico específico”, mantendo irreversível, sua permanência enquanto *profissão* (NETTO, 2011, p. 149). Por fim, Netto (2011) indica que, uma possível

superação do sincretismo teórico não seria, todavia, suficiente para erradicar o sincretismo do Serviço Social, embutido e expresso na “fenomenalidade do seu exercício profissional” e, conclui: “postas as condições do exercício profissional, do arcabouço ideológico e da filiação teórica, o ecletismo era *inevitável*” (NETTO, 2011, p.150).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Capitalismo monopolista e Serviço Social” (NETTO, 2011) sintetiza denso arcabouço analítico teórico-científico acerca dos fundamentos do Serviço Social. Tal traço, característico de uma produção acadêmica no nível de pós-graduação é, também, resultado de longa e rigorosa trajetória de engajamento profissional, no âmbito do Serviço Social brasileiro, bem como, de intensa pesquisa acadêmica, no campo da docência, que refletem a competência do Prof. José Paulo Netto, considerado “um dos mais talentosos pesquisadores e profissionais da área” no âmbito dos fundamentos do Serviço Social (SOUZA, 2014). Netto (2011) elabora a tese acerca da estrutura sincrética do Serviço Social à medida que, situada sua análise no método marxista, debruça-se sobre as estruturas econômica, social, política, ideo-cultural e teórico-científica da sociedade burguesa em seu estágio monopolista, analisando seus rebatimentos na estrutura do Estado, no tratamento da “questão social”, na emergência das políticas sociais, no protagonismo sócio-políticos das classes sociais, no campo da luta de classes, interpretando seus influxos nas dimensões que fundamentam a emergência profissional do Serviço Social.

Consideramos que, o objeto para o qual Netto (2011) orienta sua análise acerca da emergência profissional do Serviço Social e da estrutura sincrética do Serviço Social, notadamente o *capitalismo monopolista*, configura um giro teórico-científico e formal-abstrato, peculiar a sua linha analítica fundamentada pela teoria crítico-dialética, tomando como “categorias” de análise os elementos que estão na ordem dos processos e movimentos da dinâmica econômica e da organização do trabalho, por meio de uma perspectiva social macroscópica. A trajetória analítica elaborada por José Paulo Netto (2011), não se constrói, portanto, a partir de uma perspectiva endógena do Serviço Social, rompendo com a histórica tradição da produção intelectual profissional, até meados da década de 1960, quando do marco da aproximação do Serviço Social com a teoria social marxiana. Nesse sentido, podemos dizer que “Capitalismo monopolista e Serviço Social” (NETTO, 2011) é parte e expressão do amplo movimento de renovação, contestação e intenção de ruptura do Serviço Social, corroborando com o adensamento crítico-científico no que tange a problematização do significado social da profissão (SOUZA, 2014).

Nesse sentido, Netto (2011) extrapola a perspectiva endógena do Serviço Social, a partir da sua linha analítica, no âmbito da problemática ontológica do Serviço Social, interpretando a natureza da prática profissional do Serviço Social, situada na organização monopólica da sociedade burguesa consolidada e madura. Instaure como “categoria central” o próprio desenvolvimento da sociedade burguesa na idade do monopólio, num curso contrário a elaboração empreendida histórica-tradicionalmente pelo Serviço Social, que tem como perspectiva teórica o desenvolvimento do Serviço Social como objeto central de análise. Nesse sentido, podemos dizer que Netto (2011) elabora em sua análise tal aprofundamento no âmbito dos fundamentos do Serviço Social, numa perspectiva da totalidade, a partir da conformação social macroscópica.

Ao considerarmos que o recorte histórico abordado por Netto (2011) consiste na gênese do Serviço Social até meados da década de 1960, analisando os avanços e limites elaborados pelo Serviço Social nesse tempo histórico. Contudo, após 1960, com os movimentos de reconceituação e de renovação do Serviço Social, com o projeto de intenção de ruptura, quando o Serviço Social se associa a tradição marxista, produzindo mudanças no interior da categoria, com rebatimentos em todas as dimensões da profissão, teórico-metodológica, ético-política e tecno-operativa, o que estamos querendo dizer é que, com a elaboração da estrutura sincrética do Serviço Social (NETTO, 2011), enquanto condicionalidade do Serviço Social proveniente e que está associada a natureza do modo de produção capitalista, em sua base fenomênica; nesse sentido, desvincular-se de uma prática sincrética não corresponde diretamente, às mudanças no interior da profissão.

Diferenciando-se de uma elaboração analítica simplista e/ou generalista. O que Netto (2011) encontra em sua pesquisa-análise, é que o Serviço Social se organiza de forma estrutural sincreticamente em seus três âmbitos da profissionalidade: na prática profissional; no âmbito ideo-cultural e teórico-“científico”. Acerca da estrutura sincrética do Serviço Social, consideramos pertinente destacar as seguintes análises: o sincretismo que organiza e estrutura a prática do Serviço Social profissional até meados da década de 1960 é um produto que resulta dos processos das relações sociais nos quadros da sociedade burguesa em seu estágio monopolista, o que nos permite supor, portanto, que o sincretismo não é uma estrutura imutável do Serviço Social. Esta análise está, também, colocada por Souza (2021), ao dizer que: “Não é possível discutir a tese do sincretismo por si só. A estrutura sincrética precisa ser entendida mediante as condições que se movem na estrutura do capitalismo monopolista”. Consideramos, também, que a obra “Capitalismo monopolista e Serviço Social” (NETTO, 2011) reafirma a aproximação e afinidade do Serviço Social à obra marxiana e a tradição marxista, preservando, assim, a hegemonia do pensamento crítico-dialético no âmbito da produção teórico-científica do Serviço Social. Mas, também, enquanto direção do Serviço Social, fundamentando o projeto ético-político do Serviço Social e a prática-profissional. Nesse sentido, reafirma também, a importância da dimensão investigativa da profissão, podendo ampliar a problematização no âmbito prático-profissional, em direção a uma atuação crítica, competente e criativa do Serviço Social (IAMAMOTO, 2020).

Consideramos, por fim, sinalizar brevemente o percurso que marca o encontro com a estrutura sincrética do Serviço Social enquanto objeto de pesquisa. Sua gênese situasse na experiência de estágio, a partir das inquietações provenientes do processo de trabalho do Serviço Social, em especial, de demandas e requisições postas ao Serviço Social que incitavam em nós (considerando estagiaria e as assistentes sociais) questionamentos acerca das atribuições do Serviço Social, na medida que tais requisições provocavam nítido constrangimento às assistentes sociais em sua operacionalização. Por último, destacamos o desafio teórico-acadêmico, no âmbito da apreensão formal-abstrata, considerando tratar-se de um trabalho acadêmico à nível de graduação; que consiste o nosso objetivo de pesquisa, apreender a estrutura sincrética do Serviço Social elaborada por José Paulo Netto em sua tese de doutoramento, erigida a partir de densa elaboração teórico-crítica, reflexo da trajetória intelectual do autor.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine R; BOSCHETTI, Ivonete. **Política social: fundamentos e história.** 9. Ed. São Paulo: Cortez, 2011. – (Biblioteca básica de serviço social; v. 2).

IAMAMOTO, Marilda V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 27. Ed. São Paulo: Cortez, 2020.

IAMAMOTO, Marilda V. **O serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** – 9. ed. – São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, Marilda V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: Ensaio crítico.** – 12. ed. – São Paulo: Cortez, 2013.

IAMAMOTO, Marilda V. Marxismo e Serviço Social: uma aproximação. **Revista Libertas** [online], Juiz de Fora, v.18, n.2, p. 204-226, ago. a dez., 2018.

IAMAMOTO, Marilda. V.; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** – 41. ed. – São Paulo: Cortez, 2014.

MARANHÃO, César. Uma peleja teórica e histórica: Serviço Social, sincretismo e conservadorismo. In: MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela. **Cenários, contradições e pelejas no Serviço Social brasileiro.** São Paulo: Cortez, 2016.

PAULO NETTO, José. **Capitalismo monopolista e serviço social / José Paulo Netto - 8. ed. - São Paulo: Cortez, 2011.**

PAULO NETTO, José. **Ditadura e Serviço social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.** – 17. ed. - São Paulo: Cortez, 2015.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx / José Paulo Netto.** – 1.ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2011. 64 p.

SOUZA, Jamerson M. A. de. Três notas sobre o sincretismo no Serviço Social. **Serv. Soc. Soc.** [online], 2014, n.119, p.531-559.

SOUZA, Jamerson M. A. de. O sincretismo no Serviço Social: uma abordagem ontológica. In: MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela. **Cenários, contradições e pelejas no Serviço Social brasileiro.** São Paulo: Cortez, 2016.

FONTES ELETRÔNICAS (Sites informativos/Entrevistas/Palestras)

Currículo lattes Jose Paulo Netto: Plataforma lattes disponível em: https://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?jsessionid=D9D8BDF3916A04468369A34628CB0FA2.buscatextual_0. Acesso em: 02/05/2024.

A ESTRUTURA sincrética do Serviço Social- parte 01. Podcast da Virada, 2021. 1 Vídeo (0h35m). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=tPNrx14Y_DE. Acesso em: 24 fev. 2024.

A ESTRUTURA sincrética do Serviço Social parte- 2. Podcast da Virada, 2021. 1 Vídeo (0h35m10s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=v4_hY8QOQrg. Acesso em: 24 fev. 2024.

A TESE DO SINCRETISMO HOJE PROF. JOSE PAULO NETTO SOBRE (SERVIÇO SOCIAL), 2022. 1 Vídeo (2m02s). Publicado no canal VIDEOTECA DE SERVIÇO SOCIAL. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yPzCpnpLfr4&t=6s>. Acesso: 20 mar. 2024.

DIA M 2022 – Marx: dialética para principiantes | José Paulo Netto. TV Boitempo, 2022. 1 Vídeo (1h57m08s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ywZQnMnGejk>. Acesso em: 20 mar. 2024.

JOSÉ Paulo Netto | POR QUE LER MARX? (Aula de encerramento do Dia M em quarentena). TV Boitempo, 2020. 1 Vídeo (1h42m44s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2do05j7ajL4>. Acesso em: 20 mar. 2024.

LIMITES dos Direitos e Emancipação Política e Humana. José Paulo Netto e Mauro Iasi, 2020. 1 Vídeo (3h18m02s). Publicado pelo canal Ivanete Boschetti. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=XoOoxBIjc_0&t=105s. Acesso em: 20 mar. 2024.

VIVA Lênin! O legado do líder bolchevique, 100 anos após sua morte | José Paulo Netto. TV Boitempo, 2024. 1 Vídeo (1h39m33s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mjcMEDCphiA>. Acesso em: 20 mar. 2024.

Cronologia do Processo Editorial

Editorial Process Chronology

Recebido em: 29/01/2025

Aprovado em: 02/04/2025

Received in: January 29, 2025

Approved in: April 02, 2025